

IV - SECTOR SOCIAL E INSTITUCIONAL

A Região Autónoma dos Açores insere-se na categoria de regiões designadas genericamente por ultraperiféricas. Esta classificação, traduz as desvantagens decorrentes da configuração insular, em que são penalizados os movimentos de pessoas, bens e serviços, afectando directa e indirectamente a estrutura de desenvolvimento económico e social da Região.

Neste capítulo são analisados vários indicadores sociais, desagregados por sub-sectores, nomeadamente em População, Saúde, Educação, Segurança Social, Emprego e Justiça, e alguns indicadores institucionais da Região.

POPULAÇÃO

De acordo com dados censitários, registou-se um crescimento pouco significativo da população residente por ilha, entre 1991 e 2001 (Tabela 20). A ilha mais representativa deste crescimento foi São Miguel, que passou de 125 915 habitantes em 1991 para 131 609 habitantes em 2001. As ilhas Terceira, Faial e Corvo evidenciaram igualmente uma tendência de crescimento, embora menos expressiva.

Contrariamente, São Jorge, Graciosa, Pico, Santa Maria e Flores registaram, no período referido, uma diminuição do número de efectivos residentes.

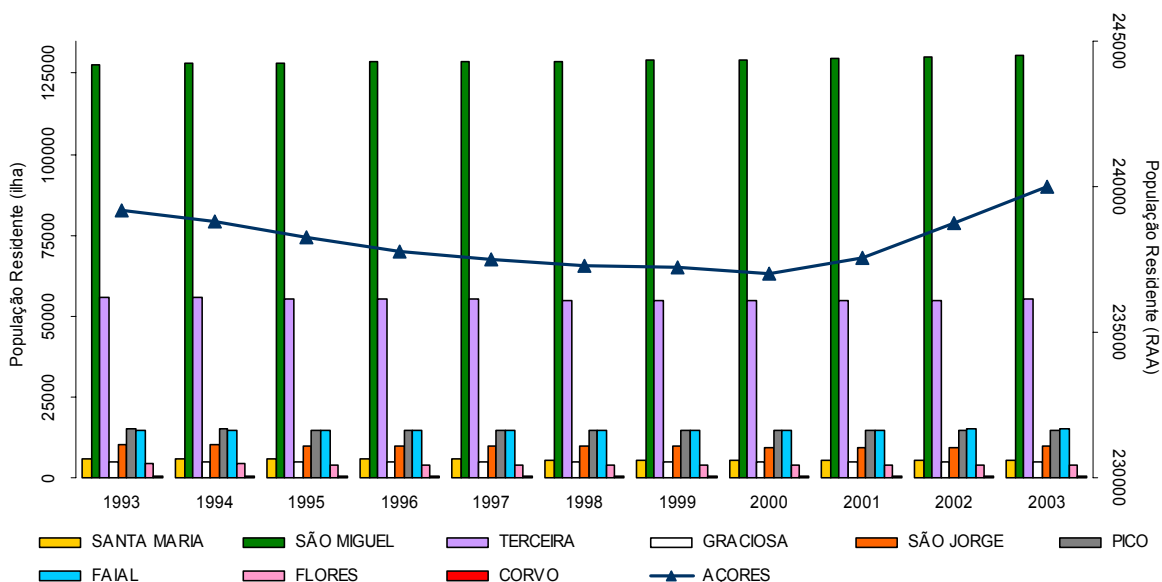
Tabela 20. População residente na RAA, por ilha (1991 e 2001)

Unidade: N.º habitantes

	População residente 1991	População residente 2001
Santa Maria	5 922	5 578
São Miguel	125 915	131 609
Terceira	55 706	55 833
Graciosa	5 189	4 780
São Jorge	10 219	9 674
Pico	15 202	14 806
Faial	14 920	15 063
Flores	4 329	3 995
Corvo	393	425
AÇORES	237 795	241 763

Fonte: SREA, 2003c

De acordo com as estimativas da população nos Açores (SREA, 2003a), em 2003 a Região teria 240 024 habitantes, representando um decréscimo de residentes, comparativamente com o ano censitário de 2001. Importa no entanto referir, que em relação às estimativas respeitantes ao ano de 2001, se verifica uma tendência de crescimento da população (Figura 41).



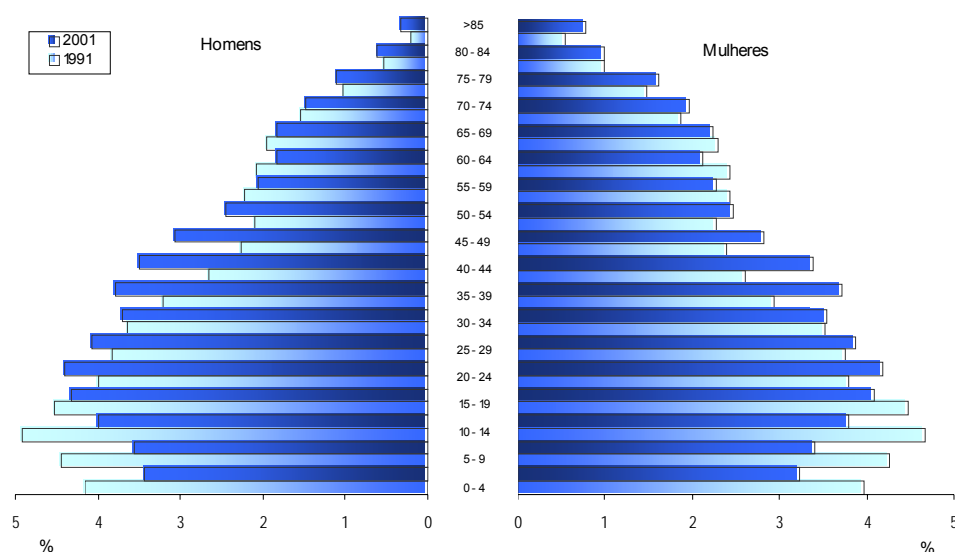
Fonte: SREA, 2003a

Figura 41. Estimativas da população residente na RAA, por ilha (1993-2003)

Num determinado conjunto populacional, se os efectivos masculinos e femininos registarem um desequilíbrio acentuado, as variáveis microdemográficas reflectirão a sua influência, sendo o equilíbrio entre os sexos condição indispensável à sobrevivência de uma população. O conhecimento da sua relação numérica é particularmente significativo quando associado à idade, pois a especificidade das respectivas funções implica um nível de importância diverso nas suas consequências (ROCHA, 1991).

A composição da população dos Açores segundo a estrutura etária e o sexo encontra-se representada graficamente na pirâmide etária de 1991 e 2001 (Figura 42).

Neste período, verifica-se um decréscimo dos efectivos jovens, indiciado pelo estreitamento da base da pirâmide em 2001, nos grupos etários entre os 0 e os 19 anos, para ambos os sexos. Este estreitamento da base resulta da diminuição da taxa de natalidade na década de 90. Não obstante este facto, em 2001 o arquipélago evidencia uma proporção mais elevada de jovens (entre 0-14 anos) comparativamente aos idosos (65 anos e mais), 21,4% e 12,9% respectivamente. O mesmo se verifica nas estimativas realizadas para o ano 2002 com uma proporção de 20,6% de jovens e 12,8% de idosos (SREA, 2003a).



Fonte: SREA, 2003c

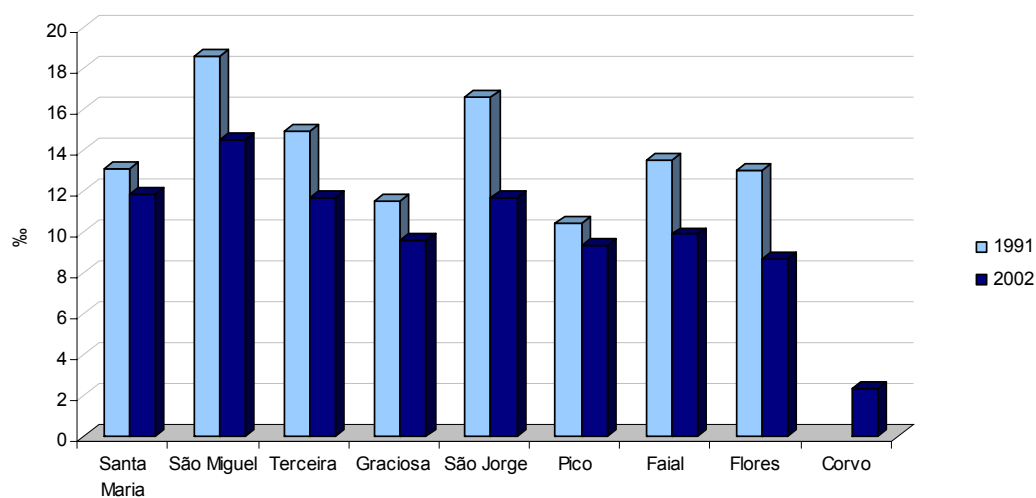
Figura 42. Pirâmide etária da RAA (1991 e 2001)

Como se poderá constatar pela leitura dos indicadores seguintes, apesar da descida da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida, a proporção de jovens ainda se mantém elevada, embora já seja evidente uma tendência de envelhecimento populacional na estrutura demográfica Açoreana.

• Natalidade

Em 1991, a taxa de natalidade na Região situava-se na ordem dos 16,2‰, valor que decresceu para 14,5‰ em 2002, traduzindo uma variação negativa. No entanto, apesar desta diminuição, a taxa de natalidade da Região encontrava-se acima do valor nacional que, em 2002, se situava nos 11,7‰.

Ao nível de ilha, tanto em 1991 como em 2002, constata-se que São Miguel apresenta o valor mais elevado de taxa de natalidade (Figura 43). Contudo, saliente-se que no primeiro ano citado, a ilha de São Jorge registou um comportamento semelhante ao verificado em São Miguel.

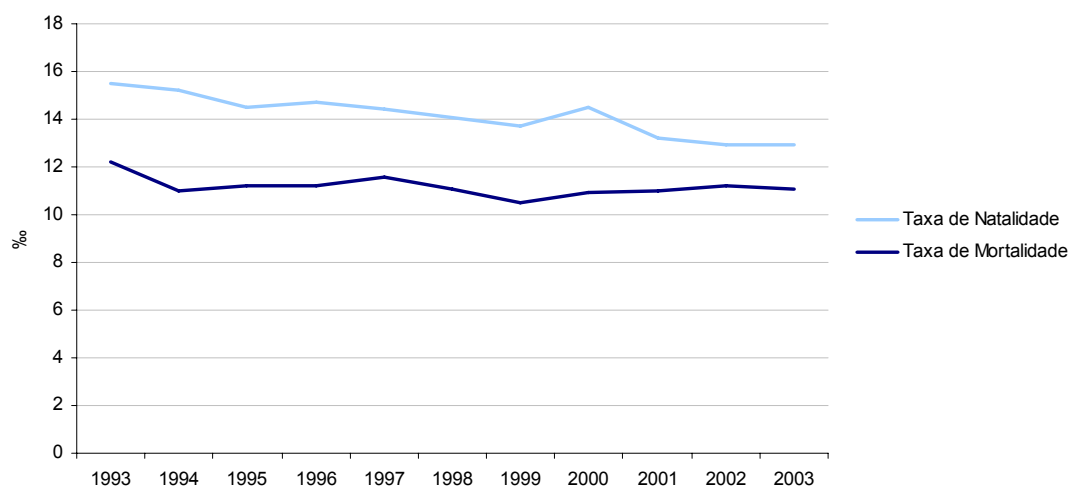


Fonte: SREA, 1992; SREA, 2004a

Figura 43. Taxa de natalidade (‰) na RAA, por ilha (1991 e 2002)

Em 1991, a ilha onde a taxa de natalidade assumiu menor expressividade foi a do Pico (10,4‰). De salvaguardar que a inexistência de dados para o Corvo, poderá influenciar a representatividade e a distribuição do indicador na RAA. Relativamente ao ano de 2002, as ilhas do Corvo, Flores, Pico e Graciosa, são as que apresentam os valores mais baixos da Região (Figura 43).

Da análise da Figura 44, relativa ao período 1993-2003, verifica-se um decréscimo das taxas de mortalidade e de natalidade, sobretudo desta última, influenciando o crescimento natural da Região, com tendência para a diminuição crescente.

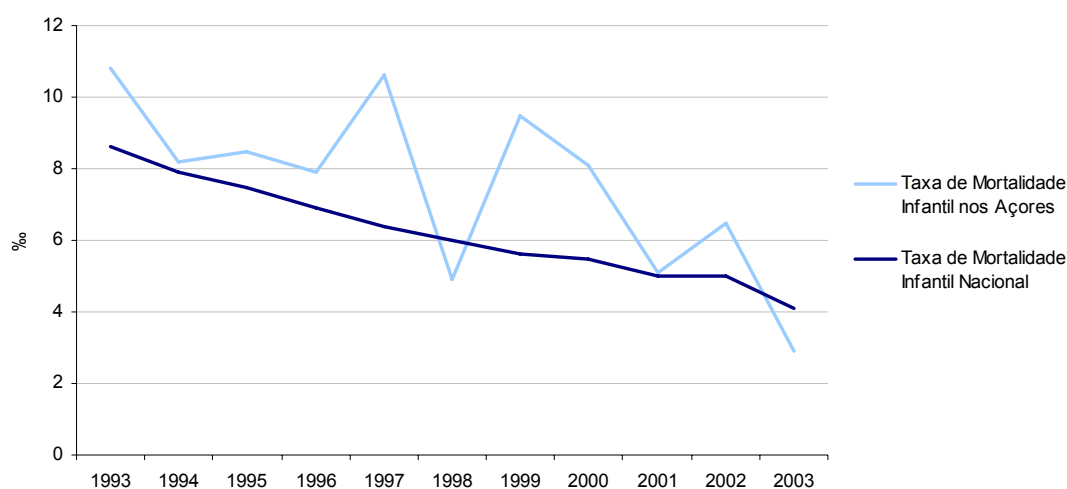


Fonte: SREA, 2003a

Figura 44. Taxas de natalidade e de mortalidade (‰) na RAA (1993-2003)

• Mortalidade infantil

No período entre 1993 e 2003, a taxa de mortalidade infantil da Região evidencia um comportamento irregular, embora com uma tendência de decréscimo significativa. Uma análise retrospectiva permite verificar que esta decresceu cerca de 8‰ entre 1993 e 2003, sendo o patamar mínimo registado em 2003 com 2,9‰, valor muito inferior ao máximo (10,8‰) manifestado em 1993 (Figura 45).



Fonte: SREA, 2003a; INE, 2004d

Figura 45. Taxa de mortalidade infantil (‰) Regional e Nacional (1993-2003)

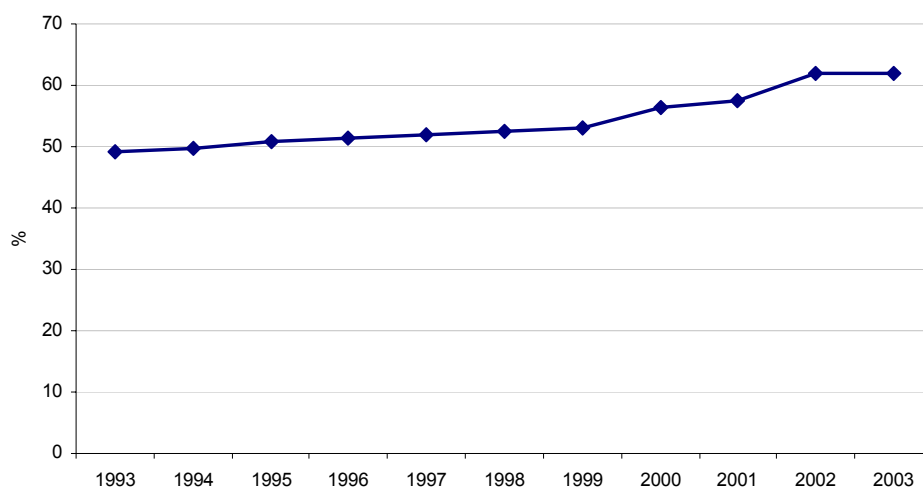
Apesar da variação irregular, o decréscimo global da taxa de mortalidade infantil em cerca de 8‰, abre perspectivas optimistas sobre a evolução positiva das condições de vida na Região e dos cuidados materno-infantis, no período referenciado.

Em 2003, embora Portugal tenha registado uma taxa de mortalidade infantil de 4,1‰, deixou de ocupar o lugar mais preocupante no conjunto dos países comunitários. Considerada, em 2002, como a região do país mais afectada pela mortalidade infantil, os Açores apresentam, em 2003, a taxa de mortalidade infantil mais baixa do contexto nacional.

• Índice de envelhecimento

Em 2002, o índice de envelhecimento nacional situou-se em 107,8%, indicando que o número de idosos era superior ao de jovens (0-14 anos), enquanto que na Região foi notoriamente mais baixo (62,0%).

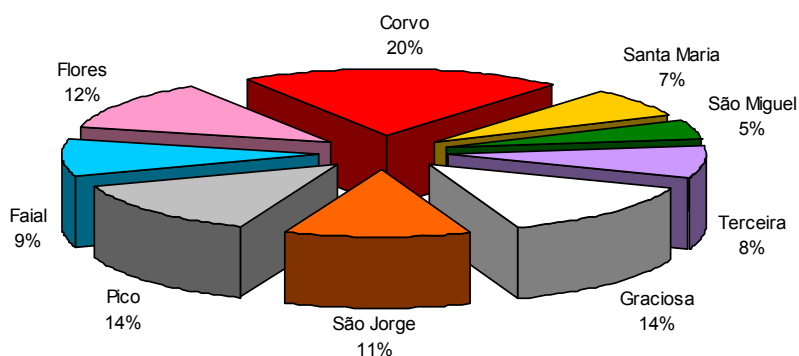
Durante a década de 90, os Açores apresentavam um índice de envelhecimento relativamente baixo, tendo aumentado gradualmente com o virar do século, atingindo o seu valor máximo em 2002 com 62%. No ano seguinte, em 2003, registou-se um decréscimo pouco significativo de cerca de 0,1% (Figura 46).



Fonte: SREA, 2003a

Figura 46. Evolução do índice de envelhecimento na RAA (1993-2003)

Ao nível de ilha, a do Corvo era a mais envelhecida, detendo 20% dos idosos (≥ 65 anos) da Região. Situação contrária registou-se em São Miguel, com uma representatividade de apenas 5%, seguida de Santa Maria (7%) e Terceira (8%) (Figura 47).



Fonte: SREA, 2004a

Figura 47. Distribuição dos idosos na RAA, por ilha (2002)

- **Esperança média de vida**

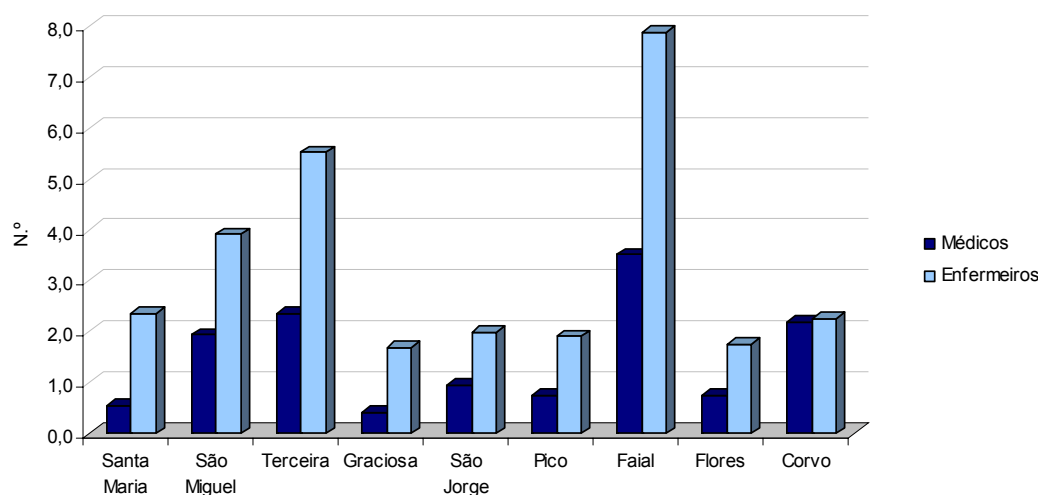
Em 2001, a esperança média de vida na Região situava-se nos 75,6 anos, sendo inferior à média nacional (76,9 anos). O comportamento deste indicador é desigual entre homens e mulheres, sendo que, na maioria das ilhas, o sexo feminino regista uma esperança média de vida superior comparativamente ao sexo masculino (78 e 72 anos respectivamente). A excepção reporta-se à ilha Graciosa, com uma média de 70 anos para os homens e de 75 anos para as mulheres.

SAÚDE

• Médicos e enfermeiros

Em 2003, o Faial era a ilha com melhor assistência médica da Região, apresentando taxas de cobertura de 3,5 médicos e 7,9 enfermeiros por cada 1 000 habitantes. Seguia-se a Terceira, com 2,4 médicos e 5,5 enfermeiros/1 000 habitantes. Em último lugar, encontrava-se a Graciosa com apenas 0,4 médicos e 1,7 enfermeiros/1 000 habitantes (Figura 48).

As ilhas com as situações mais favoráveis, Terceira e Faial, possuem um Hospital, o que justifica, de certo modo, os valores mencionados. No entanto, verifica-se um certo desequilíbrio no rácio enfermeiros/habitantes na ilha de São Miguel, que também detém um Hospital.



Fonte: SREA, 2003a

Figura 48. Número de médicos e de enfermeiros por cada 1 000 habitantes na RAA, por ilha (2003)

Relativamente às unidades de saúde na Região, no período entre 2001 a 2003, verificou-se um aumento do número de médicos e de enfermeiros nos Hospitais e nos Centros de saúde sem internamento. Em contrapartida, os Centros de saúde com internamento, apresentaram uma diminuição do número de médicos e de enfermeiros. Nas Casas de saúde o número de médicos diminuiu, contrariamente ao que ocorreu com os enfermeiros (Tabela 21).

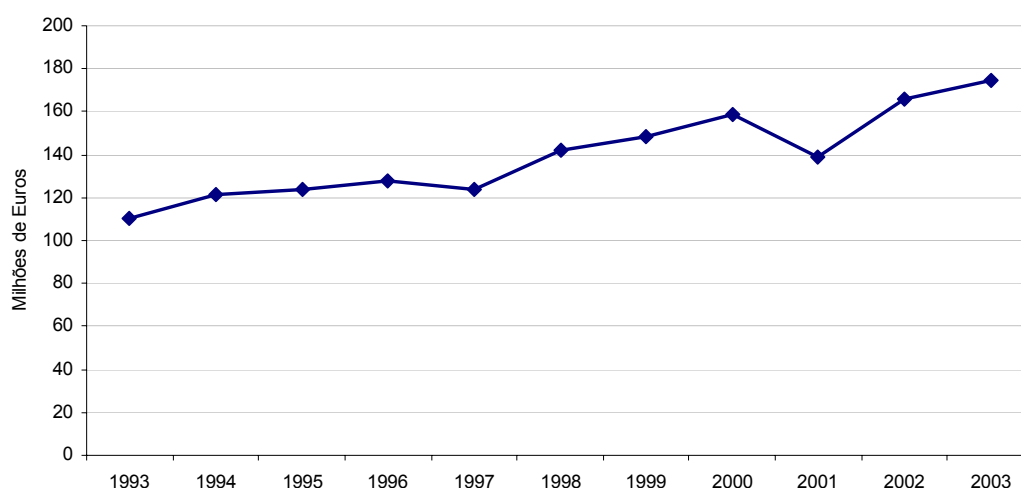
Tabela 21. Número de médicos e de enfermeiros nas principais unidades de saúde na RAA (2001 e 2003)

Unidades de Saúde		Unidade: N.º	
		2001	2003
Hospitais	Médicos	285	340
	Enfermeiros	635	655
Casas de saúde	Médicos	30	28
	Enfermeiros	75	89
Centros de saúde c/ internamento	Médicos	61	55
	Enfermeiros	186	176
Centros de saúde s/ internamento	Médicos	61	71
	Enfermeiros	136	178
AÇORES	Médicos	437	494
	Enfermeiros	1 032	1 098

Fonte: SREA, 2003a

• Despesa total com a saúde

De acordo com a Direcção Regional da Saúde, o sector da saúde em 2003 representou uma despesa pública de 223 955 294 euros. De acordo com os dados publicados nas Séries Estatísticas 1993-2003, a despesa pública com a saúde aumentou cerca de 60 milhões de euros nesse período, sendo de 110 milhões de euros a despesa no ano de 1993 e de 175 milhões de euros em 2003 (Figura 49).



Fonte: SREA, 2003a

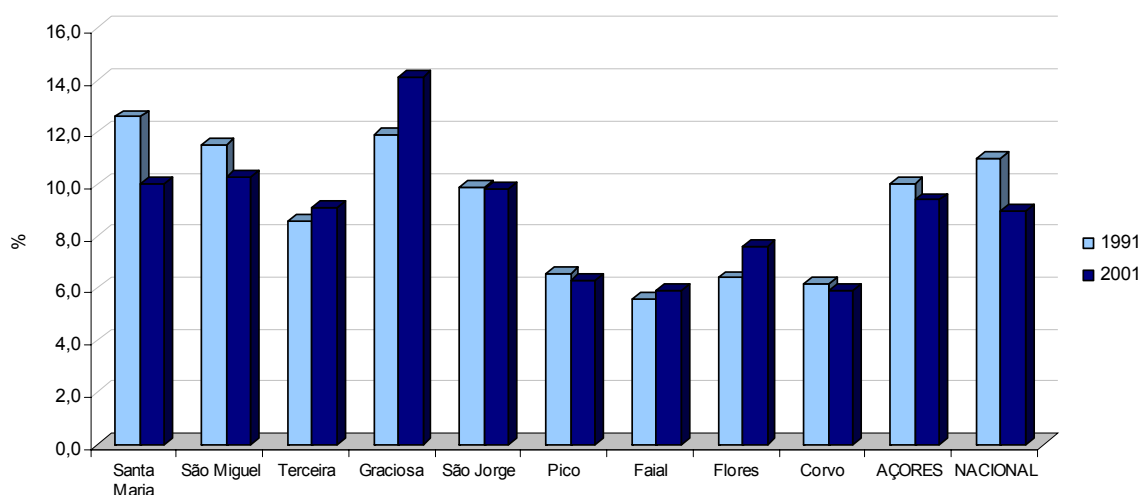
Figura 49. Evolução da despesa pública com a saúde na RAA (1993-2003)

EDUCAÇÃO

• Analfabetismo

Em 1991, a taxa de analfabetismo nacional era 11,0%, valor superior ao registado na Região (10,0%). No entanto, em 2001 esta realidade inverte-se, dado que a média nacional se situa nos 9,0% e a da RAA nos 9,4% (Figura 50).

No período de 1991-2001, persiste alguma heterogeneidade no contexto regional. Assim, as ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Pico e Corvo registam uma diminuição da taxa de analfabetismo, enquanto que as ilhas Terceira, Graciosa, Faial e Flores registam um comportamento inverso (Figura 50). De facto, neste último ano, 14,1% da população da Graciosa (com idade superior a 10 anos) era analfabeta, seguindo-se São Miguel e Santa Maria com 10,3% e 10,0%, respectivamente. As ilhas do Faial e Corvo apresentam a taxa mais baixa, nomeadamente 5,9%.

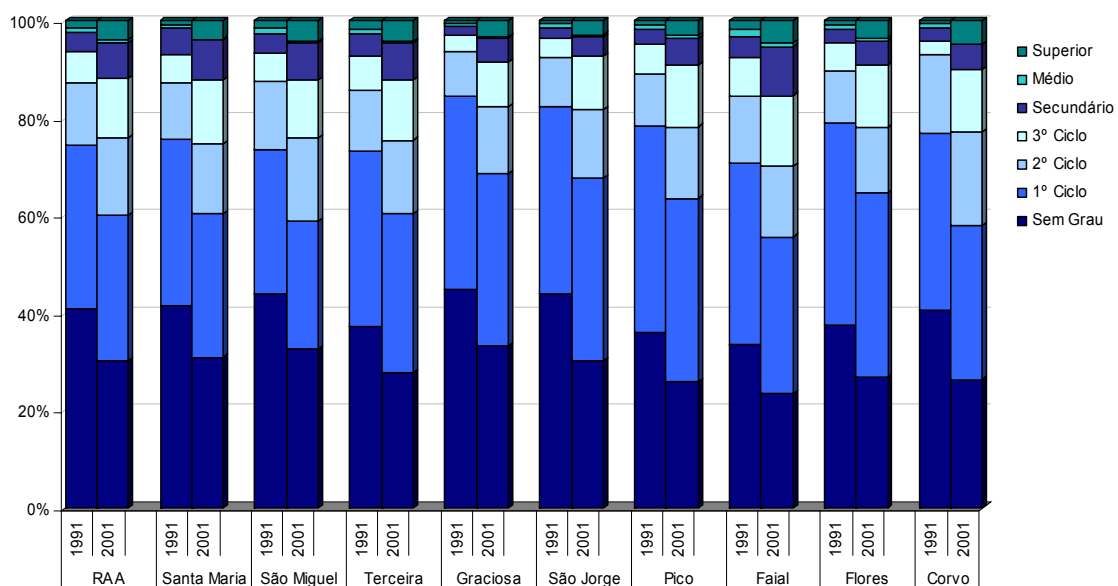


Fonte: INE, 2001b

Figura 50. Taxa de analfabetismo Nacional e na RAA, por ilha (1991 e 2001)

• População segundo o grau académico

Da análise da Figura 51 ressalta a fraca qualificação ao nível do grau de instrução da população da RAA. No ano de 1991, mais de metade da população, cerca de 75%, possuía um grau académico inferior ao 2º ciclo do ensino básico, sendo de referir que destes, 41% não tinha qualquer grau académico. Saliente-se que estes valores atingiam na Graciosa 44,9%, em São Jorge 43,8% e em São Miguel 43,8%.



Fonte: INE, 1991b; INE, 2001b

Figura 51. População segundo o grau académico na RAA, por ilha (1991 e 2001)

Em 2001, a percentagem da população com grau académico inferior ao 2º ciclo do ensino básico desceu abaixo dos 60% na RAA, e esta descida foi sensível em todas as ilhas, exceptuando a ilha Graciosa, a ilha de São Jorge e a ilha do Pico, onde também se registaram descidas embora menos significativas. Por sua vez, a percentagem de população com grau igual ou superior ao ensino secundário aumentou em todo o arquipélago na ordem dos 6%, passando de 6,4% em 1991 para 11,9% em 2001.

Ao nível de ilha, em 1991, o Faial foi a que apresentou a maior percentagem de indivíduos com grau igual ou superior ao ensino secundário, com 7,6%, enquanto que a Graciosa apresentou a menor representatividade, com apenas 2,8%. Em 2001, o Faial mantém a supremacia, com 15,4%, enquanto São Jorge revela o comportamento contrário com 7,3%.

Já ao nível concelhio, em 1991, Ponta Delgada era o concelho que tinha maior percentagem de população com o ensino secundário completo, com 10,2%. Em contrapartida, a Povoação apresentava o valor mais baixo com 2,4%. Em 2001, o concelho da Horta passa a demonstrar a maior percentagem de indivíduos com o ensino secundário completo (15,4%), enquanto que o da Povoação continua a revelar a percentagem mais baixa (6,3%).

- **Despesa pública com a educação**

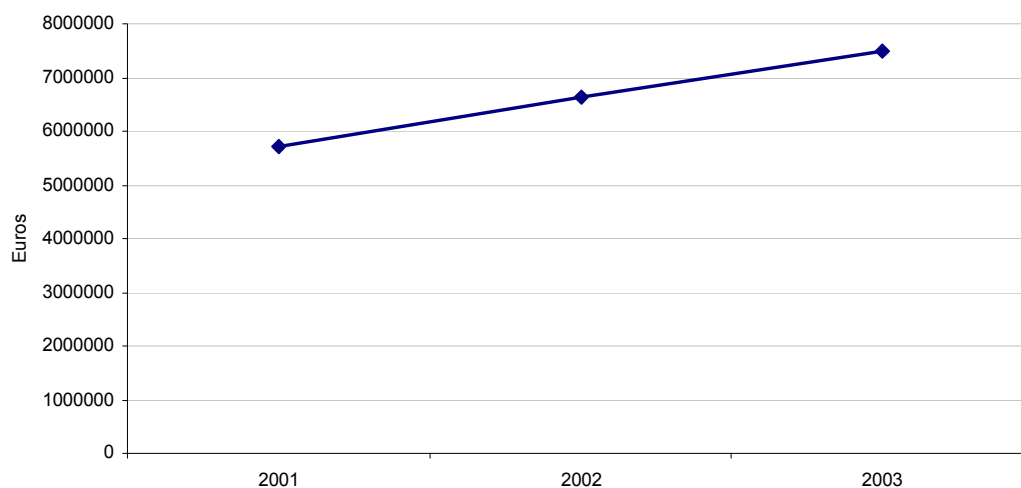
Segundo a Secretaria Regional da Educação e Ciência, a despesa pública com a educação, em 2003 foi de 199 198 753 euros. A despesa pública total encontra-se dividida em: despesas efectuadas através do Plano Regional – 2003, com uma dotação financeira de 19 842 965 euros (3 301 045 euros para transferência para o Fundo Escolar; 4 588 044 euros em contrato ARAAL com as autarquias e 11 953 786 euros em intervenções directas), despesas de Centro Comum, com uma dotação de 13 538 461 euros e, despesas de Escolas - Orçamento, com uma dotação de 165 817 327 euros.

SEGURANÇA SOCIAL

- **Despesa pública total em protecção social**

De acordo com o Plano Anual de 2001, o sector da Solidariedade e Segurança Social, apresenta um único programa, o Programa n.º 22 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, com uma dotação de 2 693 509 euros.

No período 2001-2003, de acordo com comunicação pessoal do SREA, verificou-se o aumento da despesa pública total em protecção social na RAA (Figura 52).



Fonte: SREA, 2005

Figura 52. Evolução da despesa pública em protecção social (2001-2003)

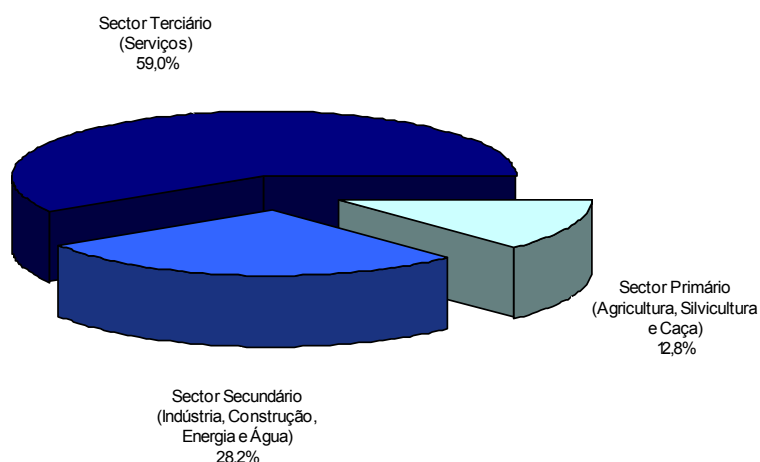
- **Beneficiários activos de todos os regimes e pensionistas**

De acordo com a Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, em 1991 o número de beneficiários activos de todos os regimes foi de 81 928, enquanto que em 2001 diminuiu para 78 500 (valor estimado). Relativamente ao total de pensionistas nos Açores, em 2001 situou-se nos 49 325, registando-se um aumento de 7,8% desde 1991.

EMPREGO

• Estrutura do emprego por sectores

O sector de actividade que apresenta maior percentagem da população activa é o terciário, assumindo-se como o empregador de maior significado, ocupando 59,0% dos activos. Por sua vez, o sector primário regista 12,8% e o secundário assume 28,2% (Figura 53).



Fonte: SREA, 2003a

Figura 53. Distribuição do emprego por sector de actividade na RAA (2003)

Esta distribuição sectorial do emprego mostra uma tendência clara de terciarização na Região, o que se traduz no facto da maioria da população estar empregada em actividades relacionadas com os serviços, sobretudo públicos (administrativos e sociais).

Este cenário é semelhante ao que se regista no contexto nacional, dado que em 2001 cerca de 60,0% dos empregados portugueses exerciam a sua profissão no sector dos “serviços”, valor superior ao registado em 1991 (51,6%). Durante o período 1991-2001, a população empregada no sector da “Agricultura, Silvicultura e Caça” diminuiu 47,5%, e 4,1% no sector da “Indústria, Construção, Energia e Água”.

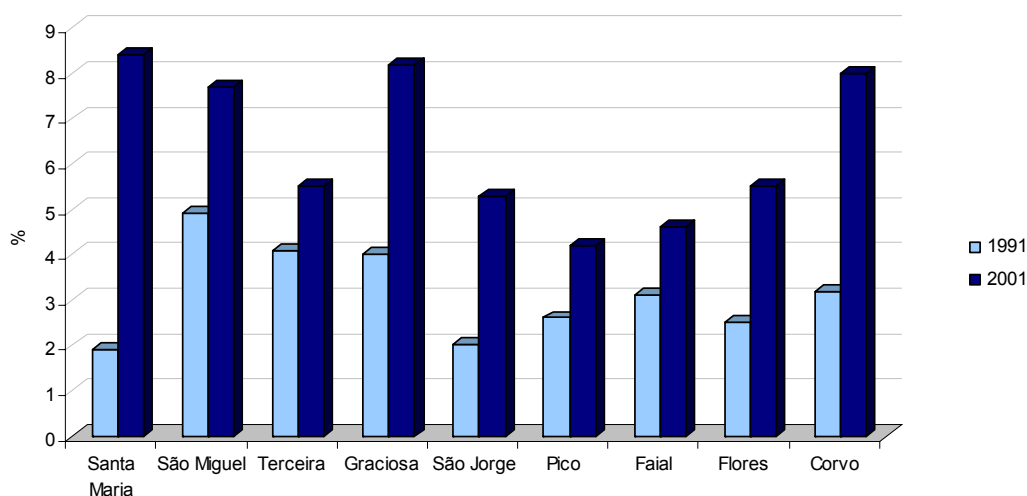
• Taxa de desemprego

Na Região Autónoma dos Açores sentem-se os problemas de desemprego verificados aos níveis nacional e comunitário. No entanto, em 2003, comparativamente com o valor de Portugal continental (6,3%), a Região apresenta uma taxa de desemprego notoriamente mais baixa (2,9%) (SREA, 2003a),

constituindo a taxa mais baixa verificada no país, e a segunda região da União Europeia (depois do Tirol, Áustria) com a taxa de desemprego mais baixa.

No entanto, comparando os dados das Séries Estatísticas de 1993-2003 (SREA, 2003a) com os dados dos Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991 e 2001 (SREA, 2003c), ambos editados pelo SREA, surgem para o mesmo ano taxas de desemprego díspares. Exemplo disso é a taxa de desemprego do ano 2001 que segundo as Séries Estatísticas é de 2,3%, a mais baixa do período 1993-2003, e segundo os Censos de 2001 é de 6,7%. Tal diferença não se deve à metodologia de cálculo (T.D. (%) = (População desempregada / População activa) x 100) mas à contabilização dos desempregados que segundo as Séries Estatísticas é de 2286, e de 6760 segundo os Censos 2001.

Em 1991, São Miguel é a ilha que apresenta a taxa de desemprego mais elevada (4,9%) e, em 2001, a ilha de Santa Maria ocupa este lugar com uma taxa de desemprego de 8,4%, seguida da Graciosa e Corvo com 8,2% e 8%, respectivamente. A ilha com oscilações mais ligeiras nesta década é a do Pico com 2,6% em 1991 e 4,2% em 2001, sendo a ilha que em 2001 exhibe a taxa de desemprego mais baixa da Região (Figura 54). Ao nível da RAA verificou-se um aumento da taxa de desemprego, de 4,2% em 1991 para 6,5% em 2001.



Fonte SREA, 2003c

Figura 54. Taxa de desemprego na RAA, por ilha (1991 e 2001)

Os concelhos que apresentam a taxa de desemprego mais elevada em 2001 (SREA, 2003c) (cerca de 11,3%) são os do Nordeste e de Vila Franca do Campo. O concelho com o valor mais baixo é o da Madalena (apenas 2,3%).

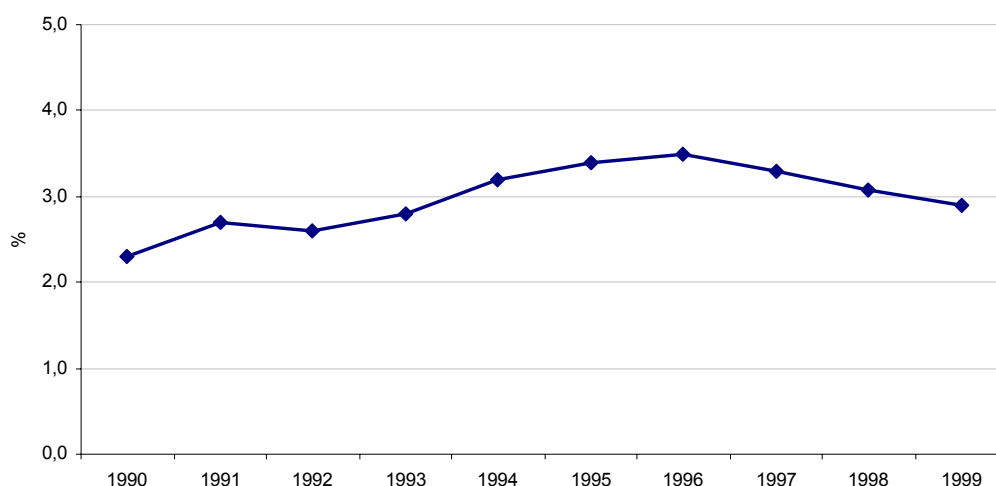
JUSTIÇA

• Índice de criminalidade

O índice de criminalidade refere-se à taxa de criminalidade denunciada, isto é, crimes que foram denunciados ou constatados pelas entidades competentes. Esta é calculada pela divisão do somatório de crimes na Região pela população residente no ano em questão.

Em 1991, estimava-se que as denúncias compreendiam cerca de 26% dos crimes reais. Em 2001, este valor passa para 50%. Assim, considera-se que o valor da taxa de criminalidade, calculado para os diferentes anos, não é o real, já que nem todos os crimes são comunicados.

No período 1990-1999, registou-se um aumento do índice de criminalidade, registando-se em 1996 o valor mais elevado (3,5%) (Figura 55).



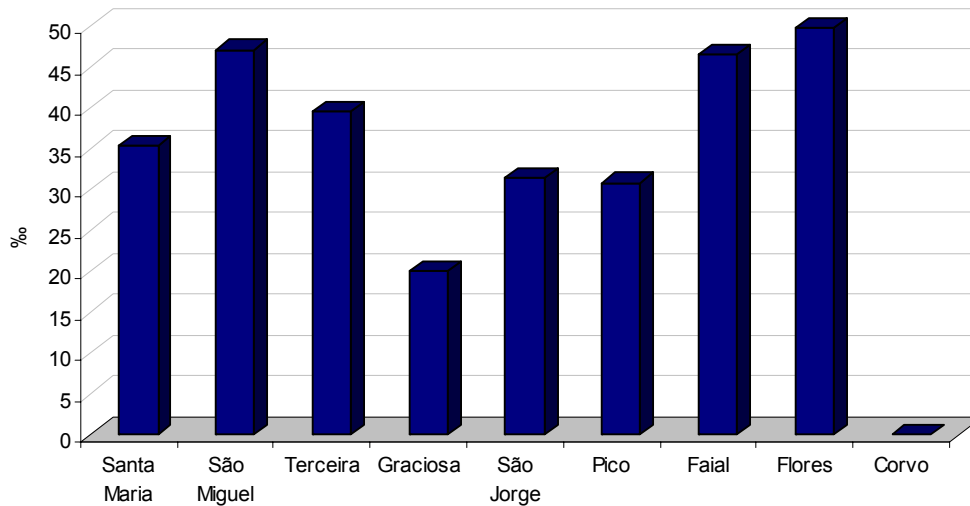
Fonte: PSP-PDL, 2002

Figura 55. Índice de criminalidade na RAA (1990-1999)

O acréscimo presenciado até 1996 (inclusive) associa-se à entrada dos repatriados na Região, e a diminuição sentida a partir do ano seguinte encontra justificação no aparecimento do centro de apoio aos repatriados, que tem como principal objectivo a integração destes indivíduos na sociedade açoriana (emprego, formação profissional, etc.).

De acordo com o Anuário Estatístico 2004, a Região, entre 2001 e 2002 apresenta uma diminuição do número de crimes registados pelas autoridades policiais na ordem dos 6% (9608 em 2001

e 9035 em 2002). Segundo a mesma fonte, a taxa de criminalidade na RAA é de 42,9‰ em 2003 (Figura 56).



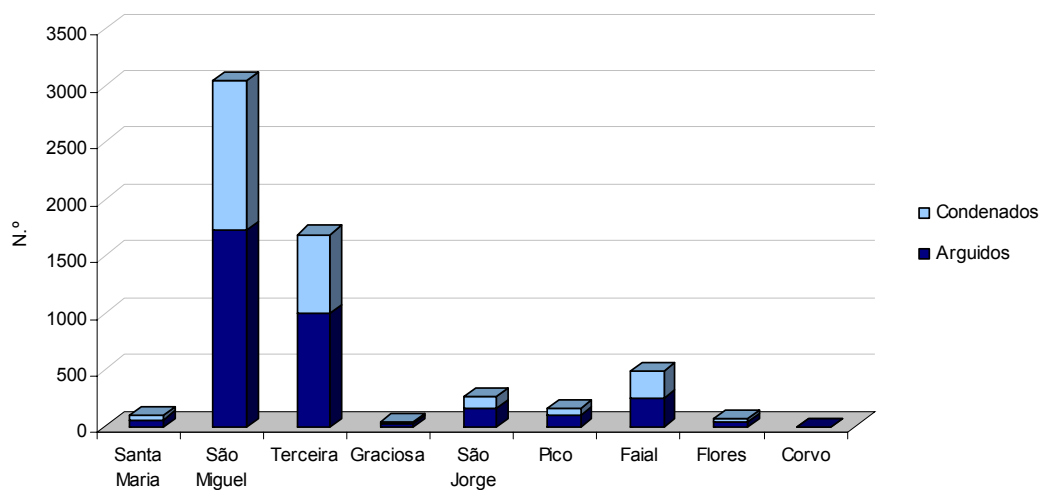
Fonte: SREA, 2005

Figura 56. Taxa de criminalidade na RAA, por ilha (2003)

- **Arguidos e condenados em processos-crime**

O registo do número de arguidos e do número de condenados é efectuado apenas nos concelhos onde tem sede alguma comarca ou círculo, pelo que não são registados para os concelhos de Lagoa, Calheta, Lajes do Pico, Madalena, Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo.

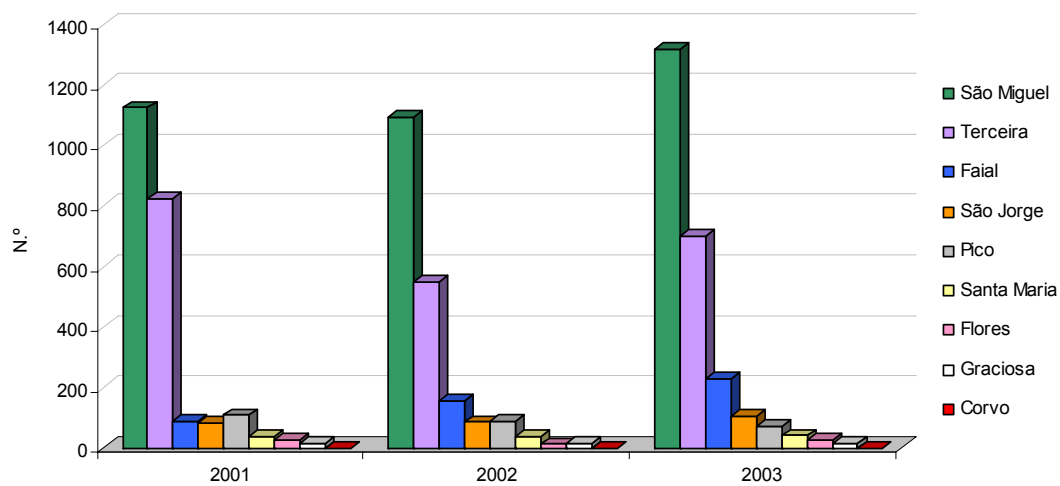
A ilha de São Miguel é a que apresenta maior registo quer de arguidos quer de condenados em 2003, seguindo-se a ilha Terceira e Faial. Destaque ainda para a ilha de São Jorge e Pico que registam um número considerável de arguidos e de condenados em processos-crime (Figura 57).



Fonte: SREA, 2005

Figura 57. Arguidos e condenados em processos-crime na RAA, por ilha (2003)

Entre 2001 e 2003, verifica-se um aumento do número de condenados apenas nas ilhas de São Miguel, Faial, São Jorge e Santa Maria, sendo mais significativo nas ilhas do Faial (mais do dobro dos condenados registados em 2001) e São Jorge (aumento de 26,2%). A ilha do Pico é, no entanto, a que regista a maior diminuição do número de condenados no período em análise (Figura 58).



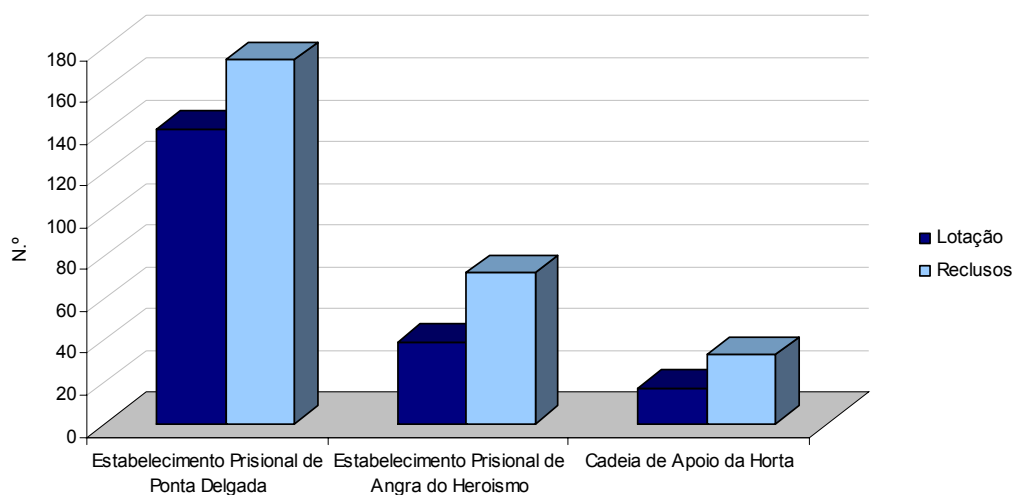
Fonte: SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 58. Condenados em processos-crime na RAA, por ilha (2001-2003)

- **Reclusos**

De acordo com o Estabelecimento Prisional Regional de Angra do Heroísmo, em 1991 este mantinha uma média de 28 reclusos, valor muito inferior ao registado em 2001, com uma média de 74 reclusos. Relativamente à Cadeia de Apoio da Horta, não existem dados para 1991, e em 2001 totaliza 19 reclusos.

Segundo a Direcção Geral dos Serviços Prisionais existiam, em 2003, 174 reclusos no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, 72 no Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo e 33 na Cadeia de Apoio da Horta. Dos dados recolhidos é de salientar o sub dimensionamento de tais estabelecimentos, observando-se que o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo e a Cadeia de Apoio da Horta atingem praticamente o dobro da sua lotação (Figura 59).



Fonte: DGSP, 2005

Figura 59. Lotação e reclusos dos Serviços Prisionais da RAA (2003)

OUTROS INDICADORES SOCIAIS

• Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais

No âmbito do levantamento do número de queixas e reclamações apresentadas por razões ambientais foram contactadas as diversas ONGA's da Região. De acordo com a QUERCUS – Núcleo de São Miguel (única que disponibilizou informação), em 1988 foi apresentada uma queixa ao Tribunal de Ponta Delgada pela população local afectada pela Lixeira das Murtas (Tabela 22).

Tabela 22. Queixas apresentadas por razões ambientais na RAA (1988-2000)

Data	Queixoso	Queixas a entidades Oficiais	Assunto
1988	População local	Queixa ao Tribunal de Ponta Delgada	Moradores afectados pela Lixeira das Murtas
12-12-1995	QUERCUS	1º Queixa formal à Comissão Europeia	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
25-03-1996	QUERCUS	Queixa formal ao Presidente da República	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
05-06-1996	QUERCUS	Apelo ao Presidente do Governo	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
21-05-1997	QUERCUS	Queixa formal à Comissão Europeia	Incumprimento de inúmeras Directivas Comunitárias
05-06-1997	QUERCUS	1º Queixa formal à Provedoria de Justiça e à Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
00-12-1997	QUERCUS	2º Queixa formal à Comissão Europeia	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
18-01-1999	QUERCUS	2º Queixa formal à Comissão Europeia	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
05-06-1999	QUERCUS	2º Queixa formal à Provedoria de Justiça	Lagoas em risco de eutrofização devido à má utilização dos terrenos
01-02-2000	QUERCUS	Queixa n.º 99/4385	Eutrofização das Lagoas de São Miguel - Açores

Fonte: QUERCUS - Núcleo de São Miguel, 2005

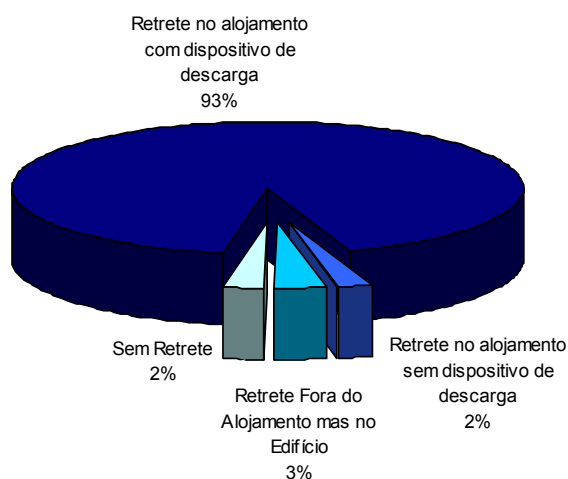
No período 1995-2000, foram apresentadas por esta organização oito queixas formais a diversas entidades oficiais (Comissão Europeia, Presidente da República, Provedoria da Justiça, Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente e ao Presidente do Governo), relativas ao risco de eutrofização em que incorrem as lagoas da ilha de São Miguel, devido à utilização indevida dos terrenos envolventes às mesmas. Segundo a mesma fonte, no período 2000-2003 não se registaram mais queixas formais.

• Condições sanitárias

A população açoriana desfruta de condições sanitárias que, em termos genéricos, se equivalem com a média nacional. Se atendermos aos indicadores de conforto, os habitantes dos Açores usufruem de condições superiores às registadas no continente. Muitos indicadores apontam para que os

residentes na Região, com um nível de rendimento médio, possuam uma qualidade de vida porventura superior à registada em muitas regiões do continente, apresentando assim uma distribuição mais uniforme.

Relativamente às condições sanitárias da população da RAA, em 2001 cerca de 93% dos alojamentos possuíam retrete com dispositivo de descarga e 2% não possuíam esta infra-estrutura (Figura 60).



Fonte: INE, 2001b

Figura 60. Condições sanitárias na RAA (2001)

• Perdas humanas e económicas devido a desastres naturais

Entre os desastres naturais e sismos registados nos últimos anos, destacam-se, no dia 31 de Outubro de 1997, o da Ribeira Quente, concelho da Povoação, ilha de São Miguel, onde os movimentos de massa destruíram grande parte da ribeira e algumas habitações, provocando a morte a 29 pessoas. Já a 2 de Setembro de 1986, as cheias do Faial da Terra, pertencente ao mesmo concelho, haviam provocado a morte a duas pessoas.

Destaca-se ainda o sismo de 9 de Julho de 1998, que afectou as ilhas do Faial, Pico e São Jorge (com menor expressão), provocando oito mortos e alguns feridos. No Faial, foram danificadas 2 282 habitações, cerca de 54,0% do parque habitacional, das quais 866 ficaram totalmente destruídas (20,4%). Na ilha do Pico, 897 habitações sofreram danos, correspondendo a 20,0% do parque habitacional, das quais 207 ficaram totalmente destruídas (5,0%). Em São Jorge, foram afectadas 13 moradias (SRHE, 2002).

As áreas afectadas no Faial e no Pico foram sujeitas a uma proposta de reconstrução para 2002, cujo investimento se destinava a obras públicas, realojamento provisório e casos apoiados (no âmbito de

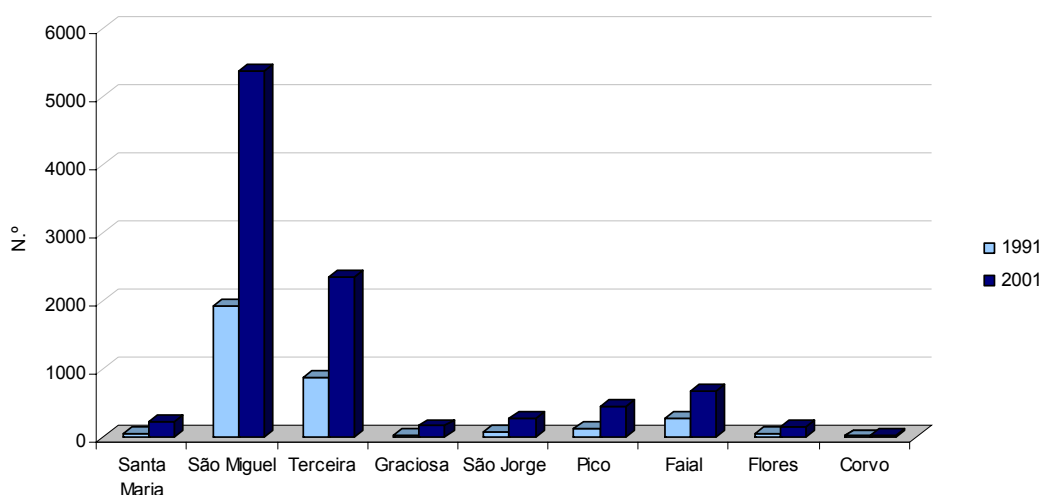
administração directa, empreitadas de novas construções, reabilitação, reconstrução e aquisição). Relativamente ao planeamento e ordenamento destas áreas, propôs-se a execução das Plantas de Zonamento e dos Planos de Pormenor das freguesias mais atingidas no Faial: Ribeirinha (incluindo Espalhafatos), Pedro Miguel, Flamengos, Cedros, Salão, Praia do Almoxarife, Feteira e Castelo Branco (SRHE, 2002). Estes planos encontram-se em fase de elaboração.

INDICADORES INSTITUCIONAIS

- **Titulares de diplomas universitários**

Em 1991, existiam na Região 3 330 titulares de diplomas universitários tendo este número quase triplicado em 2001 (9 644). As ilhas que detêm, em 2001, a posição de destaque são Terceira e São Miguel, com 24,3% e 55,7% dos titulares, respectivamente. Estes valores são muito superiores aos registados em 1991. A ilha com menor expressividade é a do Corvo, com apenas dois titulares em 1991, existindo um aumento para 20 titulares em 2001 (Figura 61).

O acréscimo significativo verificado no período 1991-2001 traduz-se num aumento dos recursos humanos qualificados da Região.



Fonte: INE, 1991b; INE, 2001b

Figura 61. Titulares de diplomas universitários na RAA, por ilha (1991 e 2001)

- **Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D)**

De acordo com a Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, o Plano 2003 do Relatório de Execução Anual da Presidência do Governo Regional, apresentava uma dotação financeira, inicial e revista, de 5 260 109 euros para o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica nos Açores. A dotação financeira dispendida para o mesmo ano foi de 4 981 647 euros.

- **Implementação de convenções e acordos globais ratificados, no âmbito do ambiente e do ordenamento do território**

A implementação de convenções e acordos globais ratificados, no âmbito do ambiente e do ordenamento do território, são da responsabilidade do MAOT, departamento do Governo ao qual incumbe a definição, coordenação e execução da política do ambiente e do ordenamento do território (DIAS & MENDES, 2002).

As principais convenções e acordos internacionais aplicados no domínio do ambiente, são os seguintes:

1. **Convenção Internacional para a Regulação da Actividade Baleeira** – Washington, 2 de Dezembro de 1946; **Protocolo da Convenção** – Washington, 9 de Fevereiro de 1956. Ratificada pelo Decreto n.º 18/2002, de 3 de Maio.
2. **Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN)** – Fontainebleau, 5 de Outubro de 1948; aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 10/89, de 17 de Maio, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República, de 16 de Junho.
3. **Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição das Águas do Mar pelos Hidrocarbonetos** – Londres, 1954; ratificada pelo Decreto-Lei n.º 46186, 11 de Fevereiro de 1965.
4. **Convenção Relativa ao Exercício da Pesca no Atlântico Norte** – Londres, 1 de Junho de 1967; aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 48509, de 30 de Junho de 1968; entrou em vigor a 26 de Setembro de 1976.
5. **Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos do Sueste do Atlântico** – Roma, 23 de Outubro de 1969; aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 590/70, de 28 de Novembro; entrou em vigor a 20 de Fevereiro de 1971.
6. **Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil provocada pelos Danos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos** – Bruxelas, 29 de Novembro de 1969; ratificada pelo Decreto n.º 88/79, de 21 de Agosto; entrou em vigor a 15 de Maio de 1980.
7. **Convenção Relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como “Habitat” de Aves Aquáticas** – Ramsar, 2 de Fevereiro de 1971; ratificada pelo Decreto n.º 101/80, de 11 de Outubro; entrou em vigor a 24 de Março de 1981.
8. **Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha causada por Operações de Imersão Efectuadas por Navios e Aeronaves** – Oslo, 15 de Fevereiro de 1972; ratificada pelo Decreto n.º 491/72, de 6 de Dezembro.

9. **Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha causada por Operações de Imersão de Detritos e outros Produtos** – Londres, 13 de Novembro de 1972; ratificada pelo Decreto n.º 2/78, de 7 de Janeiro; entrou em vigor a 14 de Maio de 1978.
10. **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural** – Paris, 16 de Novembro de 1972; ratificada pelo Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho; entrou em vigor a 30 de Dezembro de 1980.
11. **Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção** – Washington, 3 de Março de 1973; ratificada pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de Julho; entrou em vigor a 11 de Março de 1981.
12. **Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição pelos Navios e Protocolo modificado** – Londres, 1973/1978 (**MARPOL 73/78**); ratificada pelo Decreto n.º 25/87, de 10 de Julho; entrou em vigor a 22 de Janeiro de 1988.
13. **Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha de Origem Telúrica** – Paris, 4 de Junho de 1974; ratificada pelo Decreto n.º 1/78, de 7 de Janeiro.
14. **Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância** – Genebra, 13 de Novembro de 1979; ratificada pelo Decreto n.º 45/80, de 12 de Julho; no seu âmbito foram negociados 4 Protocolos – EMEP, 1984; Enxofre, 1985; NOX, 1988; COVs, 1991; entrou em vigor a 16 de Março de 1983.
15. **Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem** – Bona, 24 de Junho de 1979; ratificada pelo Decreto n.º 103/80, de 11 de Outubro; entrou em vigor a 1 de Novembro de 1983.
16. **Convenção Relativa à Protecção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa** – Berna, 19 de Setembro de 1979; ratificada pelo Decreto n.º 95/81, de 23 de Julho; entrou em vigor a 1 de Junho de 1982.
17. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** – Montego Bay, 10 de Dezembro de 1982; aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14 de Outubro; ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 67-A/97, de 14 de Outubro; entrou em vigor em 3 de Dezembro de 1997.
18. **Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono** – Viena, 22 de Março de 1985; ratificada pelo Decreto n.º 23/88, de 1 de Setembro; entrou em vigor a 15 de Janeiro de 1989.
19. **Protocolo sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono** – Montreal, 16 de Setembro de 1987; ratificada pelo Decreto n.º 20/88, de 30 de Agosto; entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1989.

20. **Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação** – Basileia, 22 de Março de 1989; ratificada pelo Decreto n.º 37/93, de 20 de Outubro; entrou em vigor a 26 de Abril de 1994.
21. **Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e das Águas do Atlântico Nordeste contra a Poluição** – Lisboa, 17 de Outubro de 1990; aprovado pelo Decreto n.º 37/91, de 18 de Maio.
22. **Convenção Internacional sobre a Prevenção, Actuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos (OPRC 90)** – Londres, 30 de Novembro de 1990.
23. **Convenção sobre a Avaliação de Impacto sobre o Ambiente num contexto Transfronteiras** – Espoo, 25 de Fevereiro de 1991; aprovada pelo Decreto n.º 59/99, de 17 de Dezembro; entrou em vigor a 5 de Julho de 2000.
24. **Convenção sobre a Protecção e a Utilização do Curso de Água Transfronteiriça e dos Lagos Internacionais** – Helsínquia, 17 de Março de 1992; ratificada pelo Decreto n.º 22/94, de 26 de Julho; entrou em vigor a 6 de Outubro de 1996.
25. **Convenção sobre os Efeitos Transfronteiriços de Acidentes Industriais** – Helsínquia, 18 de Março de 1992.
26. **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas** – Nova Iorque, 9 de Maio de 1992; ratificada pelo Decreto n.º 20/93, de 21 de Junho; entrou em vigor a 21 de Março de 1994.
27. **Convenção sobre a Diversidade Biológica** – Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1992; ratificada pelo Decreto n.º 21/93, de 21 de Junho; entrou em vigor a 23 de Dezembro de 1993.
28. **Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR)** – Paris, 22 de Setembro de 1992; ratificada pelo Decreto n.º 59/97, de 31 de Outubro; entrou em vigor a 25 de Março de 1998.
29. **Convenção Internacional de Combate à Desertificação, nos Países Afectados pela Seca Grave e/ou Desertificação Particularmente em África** – Paris, 17 de Junho de 1994; ratificada pelo Decreto n.º 41/95, de 14 de Dezembro; entrou em vigor a 26 de Dezembro de 1996.
30. **Acordo das Nações Unidas relativo à conservação e gestão das espécies piscícolas transzonais e altamente migratórias** – Nova Iorque, Agosto de 1995; ratificado por Malta como 30º país-parte, entrou em vigor em Dezembro de 2001.
31. **Acordo para a Conservação das Aves Aquáticas Migradoras Afro-Euroasiáticas** – Haia, Agosto de 1996; aprovado pela Resolução da Assembleia da República nº 69/2003,

de 19 de Agosto; ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 47/2003, de 19 de Agosto.

32. **Convenção sobre o Direito dos Usos Diversos da Navegação dos Cursos de Água Internacionais** – Nova Iorque, 21 de Maio de 1997; aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 9/2005, de 3 de Março; ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 16/2005, de 3 de Março.
33. **Protocolo de Quioto** – Quioto, 11 de Dezembro de 1997; aprovado pelo Decreto n.º 7/2002, de 25 de Março.
28. **Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisão e Acesso à Justiça no Domínio do Ambiente** – Aarhus, 25 de Junho de 1998; aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003, de 25 de Fevereiro; ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 9/2003, de 25 de Fevereiro; entrou em vigor a 7 de Setembro de 2003.
29. **Convenção Europeia da Paisagem, do Conselho da Europa** – Florença, 20 de Outubro de 2000.
30. **Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes** – Estocolmo, 22 de Maio de 2001.
31. **Protocolo de 2003 à Convenção Internacional para a Constituição de Um Fundo Internacional para Compensação pelos Prejuízos Devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, de 1992** – Londres, 16 de Maio de 2003.

• **Acesso às redes globais de comunicação**

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento significativo da percentagem de indivíduos que tem acesso às redes globais de comunicação.

Em 2003, 31,5% das famílias residentes na Região possuíam computador e 23,3% usufruíam de ligação à Internet (INE, 2003), o que revela uma certa melhoria já que em 2001, 20,1% das famílias possuíam computador e 14,4% usufruíam de ligação à Internet (INE, 2002b).

Em contrapartida, e de acordo com os dados do INE (2003) para o ano de 2003, 38% das famílias portuguesas dispõem de computador, e 22% detêm ligação à Internet, valor superior ao registado no ano de 2001, em que 24,4% das famílias portuguesas dispõem de computador, mas apenas cerca de metade (12,8%) detêm ligação à Internet (INE, 2002b), valor inferior ao registado na RAA para o mesmo ano.

- **Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental**

De acordo com a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, os sistemas de gestão ambiental são um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se harmonizam e reforçam o potencial presente e o futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

A certificação permite evidenciar que uma organização dispõe de um sistema de gestão ambiental em conformidade com uma norma sendo, assim, capaz de demonstrar a qualidade dos seus processos de gestão ambiental.

No arquipélago dos Açores, existe apenas uma empresa de sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental desde 1998, a SGS Portugal.

- **Produção de relatórios ambientais e de desenvolvimento sustentável**

Na União Europeia, os Relatórios de Estado do Ambiente (REA) visam, em primeiro lugar, informar e consciencializar o público, apelando à sua participação, como interlocutor e aliado, na resolução dos problemas do ambiente e do ordenamento do território dando cumprimento à Convenção de Aarhus. Outro aspecto determinante consiste na compilação de informação pertinente para o enquadramento e implementação de políticas ambientais.

A Directiva n.º 90/313, de 7 de Junho de 1990 (artigo 7º), impõe a obrigatoriedade de realização de Relatórios de Estado do Ambiente. Por sua vez, a OCDE refere que os REA servem para auxiliar os governos a medir o progresso e a promover uma política de diálogo contínua entre os estados membros.

Em Portugal, uma das prioridades expressas no Plano Nacional da Política de Ambiente (1995), consiste na constituição de um conjunto de indicadores ambientais que permita a avaliação dos projectos e políticas e a monitorização dos seus impactes.

Na Região Autónoma dos Açores, já se encontram publicados pela Secretaria Regional do Ambiente (actual Secretaria Regional do Ambiente e do Mar), o Relatório de Estado do Ambiente dos Açores - 2001 e o Relatório de Estado do Ambiente dos Açores - 2003.

- **Estratégias de desenvolvimento sustentável**

A elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21, acordada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Este compromisso foi reafirmado na 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1997, tendo os Estados-Membros da União Europeia acordado apresentar as suas estratégias nacionais a tempo do Conselho Europeu de Sevilha, no quadro de preparação da Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo.

A ENDS encontra-se em fase de elaboração, sendo da responsabilidade do Instituto do Ambiente.

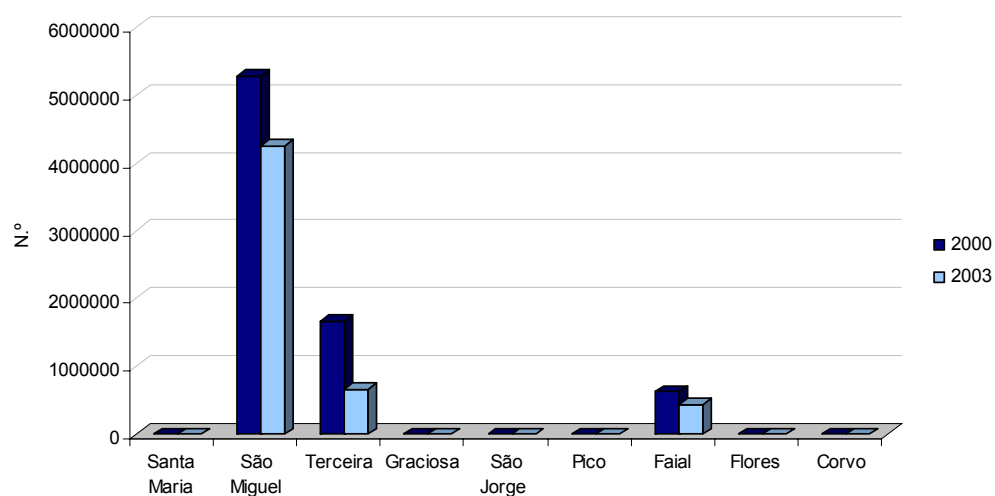
Nos Açores, encontra-se em elaboração um documento intitulado "*Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*", da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente (actual Secretaria Regional do Ambiente e do Mar), que servirá de contributo para a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável para os Açores.

- **Informação regional - Imprensa**

Em 2003, Graciosa e Corvo são as únicas ilhas da Região que não dispõem de publicações locais. Em contrapartida, a ilha de São Miguel destaca-se com o maior número de publicações e de tiragens anuais.

Relativamente à tiragem anual por ilha, em 2003, destaca-se São Miguel com 4 255 810 exemplares, seguindo-se a Terceira com 660 706 exemplares, e o Faial com 446 210 exemplares, que diminuem consideravelmente a sua tiragem em relação ao ano 2000 (Figura 62).

No que concerne ao número de publicações periódicas, em 2003, as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial são as que têm maior produção de informação. As ilhas do Pico, São Jorge e Flores dispõem de apenas duas publicações, e a de Santa Maria de apenas uma publicação (Tabela 23). Comparativamente ao ano 2000, verifica-se uma diminuição do número de publicações em São Miguel e Faial, enquanto que nas ilhas Terceira e Pico surge um ligeiro aumento. Destaque, em 2003, para o aparecimento de duas publicações periódicas na ilha de São Jorge.



Fonte: SREA, 2005

Figura 62. Tiragem anual de publicações periódicas na RAA, por ilha (2000 e 2003)

Tabela 23. Número de publicações periódicas na RAA, por ilha (2000 e 2003)

Unidade: N.º

ILHA	Publicações	
	2000	2003
Santa Maria	1	1
São Miguel	16	13
Terceira	8	11
Graciosa	0	0
São Jorge	0	2
Pico	1	2
Faial	12	6
Flores	2	2
Corvo	0	0
AÇORES	40	37

Fonte: SREA, 2005

SÍNTESE – Sector Social e Institucional

Tal como em outros sectores as questões relativas à informação, sobretudo no que respeita à qualidade e fiabilidade dos dados, põem-se aqui de forma bastante óbvia. De facto, a disparidade no que respeita aos valores de alguns índices (ex. desemprego) traduz claramente as fracas garantias de qualidade relativamente aos dados de base.

Os dados relativos à variação da população entre 2001 e 2003 confirmam a estabilização já detectada em outros sectores, sendo que a estabilidade se faz à custa de ritmos de crescimento maiores nas ilhas com concelhos urbanos, em detrimento das restantes. Sinal importante é a diminuição da mortalidade infantil (embora paralela a uma diminuição da natalidade), porquanto a RAA passa de estatuto de Região com as mais altas taxas de mortalidade infantil, para aquela que apresenta agora valores mais baixos. Acresce ainda que a população não é muito envelhecida.

A Região apresenta valores de analfabetismo superiores aos da média nacional, sendo os melhores resultados ao nível do ensino apresentados globalmente na ilha do Faial. Continua a predominar o emprego no sector terciário com cerca de 59% dos activos. A nível de desemprego e tomando os diferentes tipos de dados, observamos que São Miguel que detinha a posição mais crítica em 1991, apresenta-se agora precedida por Santa Maria e Graciosa.

Pode afirmar-se que ao nível dos restantes indicadores não há alterações muito significativas, mantendo-se quase imutáveis os investimentos e resultados aos diversos níveis. Apenas a nível da penetração de Internet nas famílias açorianas, se pode constatar um acréscimo objectivo.

